

CRISE DAS IDEOLOGIAS, UTOPIAS SECULARIZADAS E O REINO DE DEUS

Jung Mo Sung

O tema que me foi proposto, "Crise das Ideologias, utopias secularizadas e o Reino", numa "Consulta às Igrejas do Brasil e do Rio da Prata sobre o Mercosul"¹ levanta algumas perguntas preliminares. Em primeiro lugar, o Mercosul, um assunto basicamente econômico, é um tema que tem relação somente com a ação pastoral das Igrejas, ou é também um problema confessional e, portanto, teo-lógico²? Em segundo lugar, o que a economia e, em particular, o Mercosul têm a ver com a discussão sobre ideologias, utopias e Reino de Deus? Se não é muito usual a discussão teológica sobre assuntos econômicos, também não é muito comum discutir sobre estas questões teológico-filosóficas nos meios econômicos.

Não é nossa intenção aprofundar aqui este fenômeno típico do mundo moderno de separar o âmbito religioso-teológico do âmbito profano dos negócios e das ciências que se pretendem isentos de valores, e, portanto, sem nenhuma relação com a ética. Só quero lembrar que o diálogo entre as Igrejas/teologias com o mundo econômico moderno é um acontecimento recente e, por isso, ainda estranho para ambas as partes³.

Na verdade, a iniciativa desse diálogo tem sido mais por parte das Igrejas cristãs do que do mundo dos negócios. Aliás, nem sabemos se

¹ Texto preparado para "Consulta às Igrejas do Brasil e do Rio da Prata sobre o Mercosul", promovida pela CLAI, em Porto Alegre - RS, de 25 a 28 de novembro de 1992.

² A esse respeito vide por ex., DUCHROW, Ulrich, *Global Economy: a confessional issue for the churches*, Geneva, WCC Publications, 1987.

³ Para uma visão global desse assunto vide por ex., ASSMANN, Hugo & HINKELAMMERT, Franz, *A idolatria do mercado*, Petrópolis, Vozes, 1989.

já se estabeleceu um diálogo, pois o que se apresenta muitas vezes são dois monólogos. Cada um partindo de um pressuposto totalmente distinto. As Igrejas falando em nome dos valores morais, que muitas vezes são apresentados como “eternos”, e as pessoas do mundo econômico falando a partir dos critérios de rentabilidade e de eficiência. É óbvio que desta forma não se estabelecem pontos de contato que possibilitem diálogos frutíferos.

1. Crise das ideologias

Feito este preâmbulo, comecemos o assunto proposto nos perguntando o que entendemos por “crise das ideologias”. Mas, antes de adentrarmos nessa questão, precisamos ter em nossa mente que esse tema “crise das ideologias” ou, para outros o “fim das ideologias”, adquiriu força com a crise do bloco socialista, principalmente depois de 1989. Podemos dizer que este tema da crise das ideologias compartilha com o Mercosul da mesma Nova Ordem Mundial que está surgindo após a queda do Muro de Berlim. São fenômenos de um mesmo mundo. É dentro desse contexto que devemos entender este problema.

Sem entrar em muitos detalhes sobre o conceito de “ideologia”, podemos distinguir dois significados básicos utilizados comumente. O primeiro é pejorativo, bastante conhecido no nosso meio, que vem de Marx. Para ele, ideologia é um conceito pejorativo que implica ilusão ou se refere à consciência deformada da realidade que se dá através da ideologia dominante. É famosa a sua afirmação de que as idéias das classes dominantes são as ideologias dominantes na sociedade. O segundo sentido de ideologia é mais neutro: é qualquer concepção da realidade social ou política, vinculada aos interesses de grupos ou classes sociais. Dentro da tradição marxista, foi Lenin quem sistematizou essa visão. O ponto em comum das duas concepções de ideologia é o fato de que ideologia é fruto de sociedade com contradições internas. No sentido pejorativo, as contradições da realidade geram ilusões. No sentido neutro, a ideologia é necessária por causa das lutas geradas por contradições internas da sociedade.

Se existem dois sentidos do conceito ideologia, qual deles está sendo usado para falar da crise das ideologias?

Crise das ideologias pode significar a crise de várias ideologias existentes. Nesse sentido, a crise não seria da própria ideologia como tal, mas das diversas que existem no mundo, por exemplo, a ideologia marxista, a liberal e a neoliberal. A solução desta crise se daria com a elaboração de novas ideologias mais eficazes e “verdadeiras”. Nessa perspectiva, o conceito de ideologia utilizado é o sentido neutro.

Por outro lado, crise das ideologias pode significar a crise da existência da própria ideologia. Nesse sentido estaríamos falando não somente em crise mas no “fim das ideologias”, como têm dito muitos. Este fim pode se dar pela superação das ilusões, com a vitória definitiva da razão e do conhecimento sobre as deformações da consciência — o que não é o caso —; ou pela superação de todas as contradições da sociedade. O que também não parece ser, à primeira vista, verdade.

Como dissemos acima, a temática “crise das ideologias” ou o “fim das ideologias” surgiu com a crise do bloco socialista. Isso é uma luz importante para compreendermos o que está por trás desta discussão. Se essa temática da crise só surge com a crise do socialismo e, conseqüentemente, do marxismo, isso significa que o que está em crise é a ideologia identificada com o marxismo e o socialismo. Tanto no sentido de que o marxismo seria uma “ideologia-ilusão”, quanto na perspectiva de que com a derrocada do bloco socialista acabaram as contradições básicas da sociedade com a vitória definitiva do capitalismo e liberalismo; ou pelo menos acabaram as ilusões de se poder construir uma sociedade alternativa ao capitalismo. Sem essas ilusões não haveria mais sentido nem necessidade de ideologia como plataforma de luta revolucionária.

Francis Fukuyama é o grande divulgador da idéia do “fim da ideologia” como uma conseqüência natural do “fim da história”⁴. Para ele, com o capitalismo liberal acabaram as contradições fundamentais da sociedade. O seu livro é, no fundo, uma proclamação da “boa-nova” da chegada na Terra Prometida⁵: a democracia liberal realiza historicamente o que o cristianismo propunha para o Reino dos Céus, após a morte: dignidade e liberdade universal (para todos, indistintamente).

Segundo ele

“A conquista progressiva da natureza, possibilitada pelo desenvolvimento do método científico nos séculos XVI e XVII, processou-se de acordo com certas regras definidas, determinadas, não pelo homem, mas pela natureza e pelas leis da natureza. (...) a ciência natural moderna estabelece um horizonte uniforme de possibilidade de produção econômica. A tecnologia torna possível o acúmulo ilimitado de riqueza, e portanto, da satisfação de um conjunto sempre crescente de desejos humanos. Esse processo garante uma homogeneização uniforme de todas as sociedades humanas, independentemente das suas origens históricas ou das suas heranças culturais. Todos os países em processo de modernização econômica tendem necessariamente a se parecerem uns com os outros. Devem se unificar nacionalmente com base em um Estado centralizado, urbanizar-se, substituir as formas tradicionais de organização social como tribo, seita e família, pelas formas economicamente

⁴ FUKUYAMA, F., *O fim da história e o último homem*, Rio de Janeiro, Rocco, 1992.

⁵ Cf. *Idem*, p. 14 e 174.

racionais, baseadas na função e na eficiência, e assegurar educação universal dos cidadãos. Os mercados globais e a disseminação de uma cultura consumista universal promovem a aproximação e ligação cada vez maior dessas sociedades entre si. Além disso, a lógica da ciência natural moderna parece ditar uma evolução universal na direção do capitalismo”⁶.

Nessa longa citação temos alguns elementos fundamentais. Primeiro, o desenvolvimento da ciência obedeceu não às regras humanas e históricas, mas sim às regras ditadas pela natureza. E essas leis da natureza obedecem a uma lógica que evoluiu em direção ao capitalismo. Isto é, o capitalismo é o coroamento do processo evolutivo da natureza. Essa posição de Fukuyama é muito próxima da de muitos outros economistas, como por exemplo, Paul A. Samuelson — Prêmio Nobel de Economia — que disse que o sistema de mercado capitalista “simplesmente evoluiu e, como a natureza, está sofrendo modificações”⁷. Estes autores “naturalizam” a história, tirando da humanidade a condição de verdadeiro sujeito histórico.

Segundo, a tecnologia “torna possível o acúmulo ilimitado de riqueza” para a satisfação do sempre crescente desejo humano. É o sonho de superabundância realizada, ou prometida, pelo capitalismo. Cabe ressaltar aqui que o autor utiliza somente o conceito de desejo e não faz referência à necessidade humana. É claro que numa sociedade superabundante é de pressupor que todas as necessidades já tenham sido satisfeitas. Mas, devemos ficar atentos ao fato de que no sistema de mercado as necessidades humanas não contam, somente os desejos dos consumidores. As necessidades dos não-consumidores, os pobres, não fazem parte do mercado. Por isso, ele simplesmente “esquece” das necessidades humanas. Quanto ao sonho do “acúmulo ilimitado de riqueza”, basta lembrarmos dos limites da nossa natureza, do problema ecológico, para vermos a inconsistência dessa promessa tão tentadora...

Terceiro, essa evolução “natural” cria, segundo o autor, uma homogeneização uniforme de todas as sociedades humanas. É o sonho da unidade da humanidade como uma grande família. Sem dúvida as promessas são verdadeiramente “boas-novas”: a humanidade como uma grande família vivendo a superabundância. Só que o princípio unificador que deve estar na base das transformações das formas tradicionais de organização, incluídos aqui o Estado e a família, é o da eficiência, a base da racionalidade econômica capitalista. Até a família deve estar subordinada ao critério da eficiência. Os valores “tradicionais” como a gratuidade e a solidariedade devem ser substituídos pela eficiência.

⁶ *Idem*, p. 15.

⁷ SAMUELSON, P. A., *Introdução à análise econômica*, 8ª edição, Rio de Janeiro, Agir, Vol. I., p. 45.

Quarto e o último, a homogeneização e a aproximação dos países se dá pelo mercado global e a cultura consumista universal. Podemos dizer que o espírito que deve mover as pessoas e os países para atingir a Terra Prometida deve ser a “cultura consumista” dentro do mercado global. O verdadeiro sujeito dessa aproximação dos países e a entrada na Terra Prometida é o mercado global.

Uma sociedade de abundância ilimitada, com a satisfação de todos os desejos, e a aproximação e homogeneização de todos os países formando uma grande família universal, são promessas tentadoras. São verdadeiras “boas-novas” de uma Terra Prometida. Além disso, Fukuyama vê nas sociedades capitalistas com democracia liberal a realização, também, do reconhecimento universal entre os iguais. Todos são iguais formalmente perante a lei. Essa igualdade resolve a contradição que existe nas sociedades escravistas e similares, onde o reconhecimento do senhor era feito por um escravo (ser inferior). Nessas sociedades, os escravos são insatisfeitos por causa do não reconhecimento de sua humanidade; e os senhores também se mantêm insatisfeitos porque são reconhecidos por alguém que não é digno (os escravos). Assim, para Fukuyama, as sociedades capitalistas liberais resolvem a contradição social fundamental — relação senhor/escravo —, e realizam todos os desejos de bens materiais. Por isso, ele diz:

“Nós que vivemos em democracias liberais estáveis e antigas enfrentamos uma situação fora do comum. No tempo dos nossos avós, muitas pessoas sensatas podiam prever um futuro socialista luminoso no qual teriam sido abolidos a propriedade privada e o capitalismo e no qual a própria política seria uma coisa ultrapassada. Hoje, ao contrário, mal podemos imaginar um mundo radicalmente melhor do que o nosso ou um futuro que não seja essencialmente capitalista e democrático. (...) não podemos visualizar um mundo essencialmente diferente do atual e ao mesmo tempo melhor. Outras épocas menos reflexivas se julgavam as melhores, mas chegamos a esta conclusão exauridos, por assim dizer, pela procura de alternativas que, acreditávamos, deviam ser melhores do que a democracia liberal”.

A derrocada do bloco socialista é, para Fukuyama, a comprovação histórica das suas teses da vitória definitiva do capitalismo liberal, do fim da história⁹. Com isso, acabam a guerra ideológica e a própria ideologia.

Esse tipo de pensamento sobre o fim das ideologias e, portanto, do fim das contradições fundamentais, tão difundida nos dias de hoje, penetrou também nos meios das Igrejas Cristãs. O Movimento dos

⁸ Idem, p. 77.

⁹ É claro que ele não utiliza o conceito de “fim de história” como o fim de acontecimentos históricos, mas do coroamento do processo evolutivo da história. A pergunta fundamental sobre o sentido da história está respondida com a vitória final do capitalismo liberal.

Focolares¹⁰, por exemplo, está assumindo a problemática da economia e religião/evangelização como um tema importante. Eles defendem uma proposta econômico-social-religiosa chamada “economia de comunhão”. No número da revista *Nuova Humanità* dedicada inteiramente a esse tema, Roberto Zappalà diz que “no fracasso do comunismo — o último grande produto da era das ideologias — consuma-se a falência da própria cultura da ideologia como método de pensar a realidade e de atuar sobre ela”¹¹. Esse autor não está simplesmente defendendo o capitalismo. Na verdade ele contrapõe a ideologia à verdade “pura” do evangelho, uma tentação muito comum nos meios eclesiais, sem perceber que são dois tipos de discursos diferentes. Ele acredita que o evangelho tem a resposta para as questões sociais e não precisamos de outras “ideologias”¹². Mas, ao defender que a renovação das estruturas econômicas e sociais não se dá no campo político, mas na renovação da vida pessoal, ele centra as alternativas no âmbito da “ética pessoal” e acaba legitimando inconscientemente, pelo menos assim parece, a estrutura capitalista da economia.

Em síntese, a defesa da tese da crise das ideologias ou o fim das ideologias está marcada por um pressuposto: não há alternativa melhor para o capitalismo; seja porque ele é a Terra Prometida ou porque é desenvolvimento “natural” da história humana. Sendo assim, acabaram-se as ilusões (a ideologia no sentido pejorativo) ou a necessidade de lutas políticas para revolucionar as estruturas econômicas e políticas (ideologia no sentido neutro).

2. *Utopia idolátrica*

Como ficam os pobres, os trabalhadores explorados e os incontáveis desempregados, se não há alternativa ao capitalismo? Como ficam a nossa esperança em uma sociedade justa e fraterna e os nossos trabalhos pastorais e políticos? Para respondermos a essas questões tão importantes, precisamos analisar e desmascarar a lógica sacrificial que sustenta o atual discurso da burguesia internacional e nacional e dos seus teóricos.

A derrocada do socialismo colocou a discussão econômica em novos patamares. Como diz o professor Eduardo Giannetti da Fonseca, as décadas de 60 e 70 foram marcadas por discussões sobre a viabilidade do capitalismo. Na década de 80 tivemos o debate sobre a viabilidade

¹⁰ Movimento Leigo Internacional, da Igreja Católica Romana, com origem e sede na Itália.

¹¹ ZAPPALÀ, Roberto, “Comunismo-Capitalismo-Comunione. Riflessioni in chiave antropologica”, *Nuova Humanità*, nº 80/81 (1992) 107. Já traduzido para castelhano e português.

¹² Sobre a relação entre ideologia e evangelho vide, por ex., SEGUNDO, Juan L., *Libertação da Teologia*, São Paulo, Loyola, 1978, pp. 107-136.

do socialismo. Agora, "uma nova questão está se tornando cada vez mais premente. Trata-se do problema da exequibilidade da transição econômica. (...) Como efetuar a "travessia do deserto" rumo a uma economia de mercado aberta e estável? (...) Tudo indica que estas deverão ser as perguntas que irão concentrar as atenções do mundo no início dos anos 90"¹³. Não se discutem mais sobre o pleno emprego, a solução dos problemas sociais, a integração dos marginalizados (60 a 70% da população latino-americana) no sistema econômico e social. Hoje se discute basicamente a "travessia do deserto", da economia com intervenção estatal e proteção alfandegária para o mercado livre. Tudo mais está subordinado a essa questão. A preocupação com os problemas sociais não faz parte da agenda da discussão econômica. Acredita-se, há fé, que com a chegada da economia de livre mercado estes problemas serão resolvidos "naturalmente".

"Boa-nova", "Terra Prometida" e "Travessia do deserto", são termos que encontramos não na boca de um teólogo ou de um pastor, mas de economistas e filósofos pró-capitalistas. Mais do que simplesmente termos analógicos, estas palavras revelam uma lógica religiosa que está por trás da grande ideologia que está predominando no nosso tempo: o neoliberalismo. Neoliberalismo não é somente uma teoria econômica, é muito mais do que isso. Como diz o professor Octavio Ianni, "o ideário do neoliberalismo adquire predomínio mundial, como ideologia e prática, modo de compreender e agir, forma de gestão do mercado e poder público, concepção do público e privado, ordenação da sociedade e da visão de mundo"¹⁴.

O neoliberalismo, que norteia também a formação do Mercosul, é expressão da sociedade global que está-se gestando ou consolidando. Nasceu contra socialismo, intervenção estatal na economia, planejamento, protecionismo, em defesa da economia de mercado, da liberdade econômica concebida como fundamento da liberdade política. É diferente do liberalismo clássico, nascido na sociedade nacional e mercado nacional, que tinha conteúdos progressistas e a marca do otimismo. Pois era uma arma revolucionária contra a nobreza. No combate ao marxismo — que compartilha com o liberalismo clássico o otimismo da modernidade —, o neoliberalismo contrapõe um pessimismo antropológico e epistemológico.

Não é possível desenvolver aqui uma análise mais longa a esse respeito¹⁵, mas podemos resumir este pessimismo com algumas idéi-

¹³ FONSECA, Eduardo Giannetti da, "Marx e Hegel envelheceram, Adam Smith e Hume ressuscitaram", *Gazeta Mercantil*, São Paulo, 19/09/91, p. 5. O grifo é nosso.

¹⁴ IANNI, Octavio, *A sociedade global*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1992, 59.

¹⁵ Vide por ex., HINKELAMMERT, Franz, *As armas ideológicas da morte*, São Paulo, Paulinas, 1983; *Democracia y totalitarismo*, San José, Dei, 1987; ASSMANN, H. & HINKELAMMERT, F., *Idolatria do Mercado*, Vozes; SUNG, Jung Mo, *Deus numa economia sem coração*, Paulinas, 1992.

as-chaves. Para os neoliberais, um dos grandes males da humanidade é a “pretensão ao conhecimento”¹⁶. A falta de humildade em admitir que não se pode conhecer e planejar ações conscientes em relação ao mercado gera, segundo eles, o totalitarismo e a ineficiência econômica. Isso significa que não podemos pretender resolver os problemas sociais (como por ex., desemprego, falta de habitação, baixos salários, etc.) com planejamentos e ações conscientes. Sob o risco de provocarmos um caos social que pioraria a situação. Como diz Karl Popper, “a tentativa de trazer o céu para a terra invariavelmente produz o inferno. (...) A dor, o sofrimento, a injustiça e sua prevenção, eis os eternos problemas da moral pública, a ‘agenda’ da política pública. Os valores ‘mais elevados’ deveriam ser considerados em ampla medida como ‘fora da agenda’ e deixados ao domínio do *laissez-faire*”¹⁷. Segundo estes pensadores, o centro das nossas preocupações pastorais, o “amor ao próximo”, a solidariedade com os pobres, deve ser colocada fora da nossa “agenda” e deixado por conta do mercado.

Mas, sabemos que o espírito que move as pessoas e empresas no mercado é a busca do interesse pessoal. Podemos dizer que é o “espírito do egoísmo”. É a lei do mercado. Isso significa, então, que devemos abandonar a prática do “amor ao próximo” e substituí-la pela busca do interesse pessoal, egoístico. Com a promessa de que o mercado, com os seus mecanismos inconscientes, gerará o bem estar social de todos. O caminho para o “bem comum” — sinônimo do amor ao próximo em âmbito social — é o egoísmo no mercado. O mercado, como um ser supra-humano, converteria a somatória dos egoísmos no bem comum. É o que o teólogo e economista Adam Smith chamou de “mão invisível” do Mercado, o equivalente do Deus Providente na teoria econômica.

Sendo assim, a atitude ética básica, pelo menos no campo social, deveria ser “cinismo” ou “indiferença” diante do sofrimento de milhões de seres humanos, como diz Samuelson,

“as mercadorias vão para onde há maior número de votos ou de dólares. O cachorro pertencente a J. D. Rockefeller pode receber o leite que uma criança pobre necessita para evitar o raquitismo. Por quê? Porque a oferta e a procura [a essência do sistema de mercado] estão com defeito em seu funcionamento? É possível que esteja funcionando de uma maneira terrível, do ponto de vista ético, mas não do ponto de vista daquilo que só o mecanismo do mercado é preparado para realizar”¹⁸.

¹⁶ Vide por ex., HAYEK, F., “A pretensão do conhecimento”, *Humanidades*, nº 5 (1983) 47-54. Esse artigo é a sua conferência por ocasião do recebimento do Prêmio Nobel de Economia, em 1974.

¹⁷ POPPER, Karl R., *A sociedade aberta e seus inimigos*, Vol. 2, 3ª Edição, Belo Horizonte-São Paulo, Itatiaia-Ed. Univ. S. Paulo, 1987, pp. 244-245.

¹⁸ SAMUELSON, P. A., op. cit., p. 49. O grifo é do autor.

Como, segundo estes economistas, o sistema de mercado é a melhor forma de coordenar a divisão social do trabalho, também porque é fruto da “evolução natural”, não há outra atitude ética possível a não ser indiferença ou resignação diante do que o próprio Samuelson chama de algo “terrível, do ponto de vista ético”. Não se pode ir contra o que os diversos economistas chamam de milagres de coordenação econômica que o mercado produz diariamente. No fundo, eles descartam a ética da discussão econômica e, com isso, absolutizam/sacralizam os mecanismos do mercado capitalista.

Fome, desemprego, morte precoce das crianças pobres, queda da qualidade de vida, problemas ecológicos, aumento da pobreza e da concentração de renda, são “sacrifícios necessários ao progresso”¹⁹.

Humildade para reconhecermos a nossa incapacidade de conhecer os mecanismos da sociedade. Humildade para não cairmos na soberba de querermos construir um mundo melhor com as nossas cabeças e mãos. Humildade para aceitarmos os sacrifícios humanos impostos pelos mecanismos do mercado capitalista na sua evolução “natural” até a economia de plena liberdade. Humildade para reconhecermos que somos pecadores, incapazes de fazer o bem e amar ao próximo, principalmente aos mais necessitados. Fé no mercado, confiança nos seus mecanismos que gerarão o bem comum a partir das nossas práticas de egoísmo, da defesa dos nossos interesses econômicos acima de tudo e de todos. Humildade para reconhecermos que o “mundo é assim mesmo”, e força e coragem para lutar contra os “utópicos”, os que querem controlar os mecanismos do mercado impondo-lhe metas sociais. Tudo alerta contra aqueles que, em nome de um mundo melhor, tentarão nos seduzir com apelos de solidariedade em favor dos pobres. Só o Mercado é grande. Só ele é capaz de milagres econômicos. Nada como o Capital que dirige as nossas vidas em direção ao acúmulo ilimitado de bens materiais e espirituais. Fora do Mercado e da lógica do Capital não há salvação. Esta é, em síntese, a espiritualidade idólatra do sistema de mercado capitalista. É a “utopia de um mundo sem utopia”²⁰.

3. Utopias secularizadas e o Reino de Deus

A utopia neoliberal é, no fundo, a secularização de uma determinada forma de conceber a utopia do Reino de Deus. Para entendermos

¹⁹ SIMONSEN, Mário Henrique, *Brasil 2002*, Rio de Janeiro, APEC, 1976, 6ª edição, pp. 28-58.

²⁰ HINKELAMMERT, F., “¿Capitalismo sin alternativas? Sobre la sociedad que sostiene que no hay alternativa para ella”, *Pasos*, nº 37 (1991) 11-23. Alguns pensadores pós-modernos importantes, J. F. Lyotard e J. Baudrillard também defendem posições convergentes com o neoliberalismo. Sobre essa convergência vide, por ex., em SUNG, J. M., *Deus numa economia sem coração*, pp. 52-86

melhor isso, precisamos ter em mente que há uma diferença qualitativa importante entre as sociedades tradicionais (pré-modernas, pré-capitalistas) e as sociedades modernas (de economias dinâmicas, como capitalismo e socialismo) em relação à concepção de história, de utopia e transcendência. "Na sociedade tradicional existia um desdobramento entre um aquém imanente e um mais além transcendente, vinculados unicamente pela ética da boa vontade ou de méritos moralistas. No mundo capitalista, pelo contrário, é superada essa dicotomia e substituída por um novo desdobramento entre um aqui presente e um mais além futuro relacionado com o progresso, entendido como o produto do trabalho humano. A transcendência se converte em uma imanência futura"²¹. Assim, não há mais necessidade metodológica de Deus para a realização dos sonhos transcendentais. O Deus transcendente da Idade Média que realizaria no céu, após a morte, a transformação radical das situações de sofrimentos humanos é substituído por um ente supra-humano, o mercado, que realizaria no futuro histórico o sonho de um "mundo novo e totalmente livre".

Esta utopia do mercado de concorrência perfeita não é a única forma de utopias secularizadas que temos. A modernidade produziu, além do liberalismo, o marxismo que também compartilhou do mesmo "mito do progresso". Marx compartilhou a utopia do Reino da Liberdade com pensadores pró-capitalismo. O que ele criticou foi o caminho proposto pelo capitalismo. Para ele o mercado fetichizado não realizaria este Reino da Liberdade, mas não questionou a possibilidade deste Reino. Pelo menos, é essa a interpretação mais comum do seu pensamento²².

Esta utopia marxista influenciou de forma significativa as comunidades cristãs populares que assumiram a luta pela superação do capitalismo. Refrões e versos de cantos como "Virá o dia em que todos, ao levantar a vista, veremos nesta terra reinar a liberdade" são sinais desta influência. É conhecida a afirmação de Frei Betto de que

"Marxistas e cristãos têm mais arquétipos em comum do que supõe nossa vã filosofia. Um deles é a utopia da felicidade humana no futuro histórico (...). Marx chama essa plenitude de Reino da liberdade e, os cristãos, de Reino de Deus"²³.

Sabemos, entretanto, que as crises dos países comunistas do Leste Europeu e de Cuba têm debilitado esta utopia e posto em crise o

²¹ HINKELAMMERT, Franz, *El subdesarrollo latinoamericano: un caso de desarrollo capitalista*, Santiago, Ed. Nueva Universidad, 1970, p. 30.

²² Para uma interpretação diferente da problemática do Reino da Liberdade no pensamento de Marx de *O Capital*, vide HINKELAMMERT, F., *As armas ideológicas da morte*, I parte.

²³ *Cristianismo e marxismo*, Petrópolis, Vozes, 1986, 2ª Edição, pp. 42-43. O grifo é nosso.

próprio marxismo, fortalecendo a teoria de “fim das ideologias” — como já vimos acima. Mas, as utopias — e as ideologias políticas necessárias para a defesa destas utopias — sobrevivem enquanto perdurarem as situações de sofrimento e exploração, pois elas são expressões de protesto àquilo que é e, ao mesmo tempo, representação daquilo que deve ser. Isso significa que a simples decretação da morte do marxismo (feita pela primeira vez em 1907 por Benedetto Croce: “o marxismo está definitivamente morto para a humanidade”) não extingue a realidade objetiva da dominação de *O Capital* sobre a grande maioria da humanidade e, portanto, não extingue as utopias alternativas ao capitalismo nem as ideologias correspondentes (tanto no sentido negativo quanto no neutro).

Michael Löwy propõe a recuperação da dimensão utópica do marxismo para superar a atual crise.

“confrontados com o histórico fracasso das sociedades burocráticas que pretendiam já ter realizado o ‘socialismo’ ou mesmo o comunismo, necessitamos imperativamente de modelos alternativos de uma verdadeira associação livre dos produtores (Marx). Necessitamos de uma utopia marxista (...) que proponha da maneira mais concreta possível a imagem de uma nova civilização, inspirada por uma racionalidade substancial e por valores qualitativos; uma sociedade igualitária sem explorados nem exploradores, sem opressão de sexo ou de etnias, sem alienação ou reificação”²⁴.

A descrição da utopia marxista, “uma sociedade igualitária, sem exploradores ...”, em nada difere das utopias das Ceb’s e dos cristãos que assumiram a causa dos pobres e oprimidos. Neste sentido, Löwy vem reafirmar a tese de Frei Betto de que há um arquétipo em comum entre marxistas e cristãos.

Entretanto, devemos ter claro que tanto a afirmação, ou a utopia, de Frei Betto quanto a de M. Löwy são compreensíveis dentro da visão moderna de história: a transcendência convertida num futuro imanente. São sonhos, desejos, e objetivos políticos acalentados por muitos que estão nas lutas pastorais e políticas.

O grande problema desta utopia, como de todas as utopias, é a idéia ou a ilusão de que podemos realizá-los historicamente. O fundamento do mito do progresso da modernidade. Se acreditamos que estes sonhos se tornarão realidades, eles passam a ser objetivos políticos, que servirão de critério para a avaliação das estratégias e táticas de nossas lutas. Estará presente, por exemplo, nos juízos sobre a conve-

²⁴ LÖWY, Michael, “Crise do marxismo ou marxismo crítico?”, em: VV.AA., *O PT e o Marxismo*, São Paulo, Teoria & Debate, 1991, pp. 116-117.

niência ou não da criação do Mercosul, ou das formas concretas que ele assume, e da posição que as Igrejas devem assumir frente a esta questão. Se acreditamos que é possível a criação de uma sociedade histórica onde não haja nenhuma forma de alienação e exploração, não podemos aceitar, pelo menos em termos estratégicos, projetos que pressupõem a existência de empresários capitalistas, do mercado, do sistema financeiro e comercial internacional e outras instituições afins.

Esta ilusão da realização histórica das utopias transcendentais gera duas posturas políticas. Primeira, os que estão no poder defendem a idéia de que a instituição fundamental da sociedade (mercado no capitalismo, planejamento centralizado nos países de "socialismo real") é o único caminho possível para a realização da utopia. Com isso, estas instituições são sacralizadas e se pode exigir sacrifícios de vidas humanas em seu nome. Segunda postura é a dos que estão na oposição ao sistema vigente. Esses criticam sistematicamente qualquer tipo de proposta concreta, vindo dos dominantes ou de outros setores da oposição, porque não satisfazem aos critérios estabelecidos a partir da utopia transcendental. Ao mesmo tempo, também são incapazes de formular propostas concretas e viáveis. Podemos resumir dizendo que por querer o impossível, não se aceita nem o melhor possível.

Alguns poderiam objetar, nesta altura de meu raciocínio, que estes sonhos podem se tornar realidades históricas e que não podemos emitir juízos categóricos sobre o futuro. Não é possível desenvolver aqui um raciocínio mais longo a esse respeito. Antes de uma breve reflexão, remetemos os interessados no assunto ao importante livro de Franz Hinkelammert: *Crítica da razão utópica*²⁵. A utopia do mercado, ou a utopia de mercado de concorrência perfeita, pressupõe duas coisas. Primeira, é a possibilidade de todos os participantes do mercado conhecerem todas as variáveis do mercado. Se isso fosse possível (o que não é), não haveria mais concorrência, portanto, "mercado de concorrência perfeita" possui uma contradição interna que a inviabiliza histórica e logicamente. Segundo aspecto é que a teoria econômica baseada no conceito de mercado de concorrência perfeita trabalha somente com a noção de desejos de consumo (como já vimos, o mercado atende somente os desejos dos consumidores), não podendo admitir a existência de uma necessidade básica mínima a ser satisfeita. Está fundada numa antropologia falsa.

A versão socialista desta ilusão foi a crença na possibilidade de um planejamento perfeito que possibilitasse a supressão de moeda e da troca mercantil (compra e venda no mercado). A sociedade sem classes, pensada por Marx, significa uma sociedade espontânea, onde todos os agentes econômicos agem livre e racionalmente, sem necessidade de relações mercantis ou de coação externa.

²⁵ São Paulo, Paulinas, 1985.

A etapa de transição para este Reino da Liberdade foi concebida como sendo o socialismo, onde o planejamento centralizado, sob o controle do Estado — ditatorial ou democrático — levaria à dissolução da propriedade privada, das relações mercantis, da própria necessidade do planejamento (pelas relações espontâneas) e, por isso, do próprio Estado.

As experiências históricas dos países socialistas mostraram que não é possível numa sociedade moderna, de economia dinâmica, operacionalizar a economia sem relações mercantis. A tentativa dos partidos comunistas para solucionar este “desvio” da realidade em relação à ortodoxia foi a de submeter estas relações mercantis ao controle absoluto do planejamento centralizado.

O conceito de “planejamento perfeito” é — como o conceito de “mercado de concorrência perfeita” do neoliberalismo — um conceito transcendental, isto é, impossível de ser realizado historicamente. Numa economia dinâmica, o planejamento perfeito implica na possibilidade de adequar instantaneamente todos os fatores do plano na alteração de um simples dado. Implica no tempo transcendental e não num tempo linear, o único que temos na vida real. A condição de tempo transcendental — tempo em que é possível congelar todos os outros fatores, enquanto intervimos em apenas um setor — é uma construção teórica, ideal, mas não real.

Sem levar em conta este problema teórico, muitos propuseram a aproximação ao planejamento perfeito através do desenvolvimento técnico. O problema é que o desenvolvimento técnico que possibilita melhorias no planejamento é o mesmo desenvolvimento que sofisticava ainda mais o processo produtivo, fazendo deste objetivo uma corrida sem fim.

O reconhecimento da impossibilidade de construirmos historicamente uma sociedade “igualitária, sem exploradores e explorados, sem nenhuma forma de alienação e dominação”, não significa que essa utopia não seja importante, ou que não devam continuar as nossas lutas em favor dos pobres e dos oprimidos. Significa somente que devemos reconhecer os nossos limites na realização de nossos sonhos, e reconhecer, de outro lado, que somos capazes de sonhar “para além” das nossas capacidades humanas.

Teologicamente falando, isso significa abandonar a pretensão de construirmos o Reino de Deus na história. O que podemos construir são novas formas de relações sociais, novas sociedades, que sejam sinais antecipatórios do Reino de Deus no meio da humanidade. Esta é uma das diferenças fundamentais entre os judeus e os cristãos. Os judeus não aceitam Jesus como Messias porque a vinda dele não sig-

nificou a implantação definitiva e plena do Reino de Deus na Terra. Como nos mostra a passagem dos discípulos de Emaús, os judeus acreditavam que o Messias implantaria o Reino, mas Jesus morreu sem implantar o Reino de Deus. Portanto, ele não é Messias. Por outro lado, o reconhecimento de que Jesus é o Cristo, pela experiência da ressurreição, é o reconhecimento de que a história não comporta a plenitude do Reino de Deus. Que nenhuma forma de sociedade, nenhuma forma de organização social ou eclesial podem ser identificadas com o Reino de Deus.

Mais ainda, a vitória ou a derrota política não podem servir de critério de veracidade ou de justiça. O critério de eficiência econômica ou política como critério supremo para julgar a veracidade e a justiça de um sistema — critério por excelência da modernidade e dos economistas neoliberais — é um critério falso e opressivo. A ressurreição de Jesus é a prova da veracidade e da justiça da causa de Jesus em favor dos pobres e oprimidos. A luta em favor dos pobres deve continuar — por isso os discípulos de Emaús reassumiram a luta e voltaram a Jerusalém — mesmo que só conheçamos derrotas e fracassos. E, nessa luta, devemos tomar cuidado para não cairmos na ilusão de sermos o grupo messiânico que realizará em plenitude o Reino da Liberdade ou o Reino de Deus e cometermos o erro grave de não conquistarmos ou menosprezarmos avanços históricos que garantam mais vida para os pobres.

Anunciar o Reino de Deus numa perspectiva explicitamente religiosa, isto é, reconhecendo a sua transcendência e professando a fé em Deus que realizará em plenitude, na escatologia, todos estes sonhos é assumir os limites humanos e criticar as pretensões idolátricas do sistema de mercado capitalista. A partir dessa crítica à idolatria do mercado, à sua pretensão de se absolutizar, devemos reconstruir a nossa esperança. O sistema de mercado não é eterno, nem fruto da evolução natural, mas é um produto histórico e pode ser superado. Nada é maior que o Deus da Vida e esse Deus quis se encontrar conosco na pessoa do pobre (cf. Mt 25, 32ss) para que nenhuma crise de ideologias, nenhuma crise social ou eclesial nos fizessem abandonar a causa da vida dos pobres.

Mercosul, crise econômica e social, e outros assuntos afins não são simplesmente questões para uma pastoral social. São mais do que isso. São questões onde reafirmamos a nossa fé no Deus da Vida, onde pomos à prova a nossa fé e a nossa capacidade de discernir entre o ídolo, o deus da morte dos pobres, e o Deus de Jesus Cristo. O mundo, e em particular, os pobres esperam de nós uma palavra que seja verdadeiramente uma “boa-nova” para eles. O momento histórico, da globalização, da revolução tecnológica, da recessão por causa dos ajustes econômicos impostos pelo FMI, exige de nós palavras corajosas

capazes de desmascarar os sacrifícios de vidas humanas impostas em nome do sistema de mercado e de anunciar tempos melhores para o nosso povo.

Jung Mo Sung, teólogo católico leigo. Coreano de nascimento, brasileiro naturalizado. Mestre em Teologia Moral, pela Faculdade de Teologia N. Senhora da Assunção — S. Paulo, e doutor em Ciências da Religião, pelo Instituto Metodista de Ensino Superior. Autor de *Idolatria do Capital e a morte dos pobres* e *Deus numa Economia sem coração*, pelas Edições Paulinas e *Experiência de Deus: ilusão ou realidade?*, pela FTD.

Endereço: Rua Geraldo Pimentel Dias, 43 — 03682-010 São Paulo-SP